

TEXTO PARA DISCUSSÃO

**Economia Solidária Hoje:
Significado e Perspectivas**

Armando de Melo Lisboa

Nº 05/2004



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Campus Universitário – Trindade
CEP 88049-970 – Florianópolis – Santa Catarina
Tel.: (48) 331.9458 – Fax.: (48) 331.9776**

ECONOMIA SOLIDÁRIA HOJE: SIGNIFICADO E PERSPECTIVAS

Armando de Melo Lisboa – alisboa@matrix.com.br

A alma que está apegada a alguma coisa, por mais bem que haja nela,
não pode chegar à liberdade da união divina.
Porque não tem importância se é uma corda grossa e forte
ou um fino e delicado fio que prende o pássaro.
Até que o grilhão se rompa, o pássaro não poderá voar.
S. Juan de la Cruz

É fácil constatar a grande diversidade da economia solidária contemporânea. Esta outra economia configura um imenso campo que abrange as formas de agricultura familiar, dos assentamentos do MST, das empresas recuperadas (através da autogestão) industriais ou rurais, cooperativas, redes de comércio justo, de incubadoras de cooperativas, inúmeras experiências de finanças solidárias, clubes de trocas, as economias indígenas, dos quilombos ...

Estas experiências se encontravam dispersas e fragmentadas. A partir do momento em que surge o conceito “economia solidária”, este se constitui num conceito aglutinador de todo um amplo campo de atividades, possibilitando articular estas e outras experiências em torno dum amplo movimento social. No Brasil, fruto deste movimento é o surgimento da SENAES. Porém, muitos são os desafios da economia solidária, entre os quais destacamos:

- a) A construção de fóruns territoriais de base (desafio da articulação);
- b) Construção dum projeto político para orientar a política governamental (transformando-a em política pública). Mas, para este projeto ser orientado com precisão, carecemos dum sistema de informações que identifique os sujeitos e atores da economia solidária (desafio da certificação); bem como carecemos dum novo marco jurídico de regulação, de definições e proteção dos direitos sociais.
- c) Construção duma estratégia de longo prazo sintonizada com uma nova economia para o desenvolvimento brasileiro.

Através da economia solidária emerge uma agenda própria, pautada pela inserção soberana do Brasil na sociedade do conhecimento do séc. XXI. Temos potencial humano e ambiental para escaparmos do triste destino de sermos apenas um espaço escancarado aos fluxos do capital internacional. O Brasil e a humanidade anseiam por um novo padrão de desenvolvimento que não seja socialmente perverso e excludente, anseiam por um outro mundo possível. Nossa reflexão buscará apresentar pistas para o enfrentamento daqueles desafios.

1. Os limites da autogestão

Em geral se aponta a autogestão, a democracia na economia, como a característica central e definidora da economia solidária. Sem dúvida que a autogestão é uma característica que qualifica a economia solidária, porém é preciso admitir que a mesma não apenas não é uma condição suficiente, como também pode ser um elemento não necessário para definir o caráter solidário duma atividade econômica.

a) Marx, ao distinguir entre o reino da necessidade e o da liberdade, não afirma que a autogestão na economia realiza o reino da liberdade mas que, “*no domínio da produção material, a liberdade reduz-se a trabalhar o mais dignamente, o mais eficazmente e, portanto, o menor número de horas possível*” (Gorz, 1982: 116).

Face à complexidade crescente da moderna divisão do trabalho (na qual grande parte das atividades especializadas são pré-determinadas), nunca poderemos suprimir completamente as relações heterônomas no seio do processo econômico. Hoje o trabalho profissional envolve saberes especializados e se insere numa cultura cada vez mais técnica e numa complexa divisão macro-social de tarefas. Isto engendra sempre um traço ineliminável de alienação, inscrita de forma irreversível nas forças produtivas (ou seja, a alienação do trabalho não se reduz à sua condição de mercadoria, nem seria revogada se esta pudesse ser abolida). Sempre permanecerá uma dimensão de heteronomia, inclusive nas atividades produtivas autônomas, pois estarão predeterminadas por um sistema. Gorz caracteriza isto como “*autonomia dentro da heteronomia*”. O trabalho em grupos autônomos não suprime a heteronomia, apenas a desloca (Gorz, 2003: 83). Ou seja: “*não é possível autogerir o processo social de produção em seu conjunto e nem mesmo as grandes unidades técnicas que o compõem*” (Gorz, 1982: 119).

Como não existimos independente do nosso entorno, a autonomia sempre é relativa, é “*autonomia na heteronomia*”, é “*autonomia dependente*” (Morin). Autonomia e heteronomia coexistem: autonomia absoluta é autismo, anomia; heteronomia plena é alienação, impotência, servidão. É o paradoxo da auto-organização com autolimitação: para ser autônomo é necessário depender do mundo externo (Morin). Esclarece Lefort que uma sociedade inteiramente regida pelo princípio da autogestão é inconsistente e despótica, pois nela o poder coincidiria totalmente com a sociedade, formando uma unidade que dissolveria todas as diferenças, ocultando e negando a pluralidade, a fragmentação e a heterogeneidade dos processos de socialização (Lefort, 1983: 64-68, 112).

A não existência da possibilidade de eliminar a alienação do trabalho, de alcançar a liberação no trabalho, aponta para os limites de restringirmos o sonho da emancipação humana ao mundo do trabalho. Não cabe, portanto, imaginar que o projeto duma economia solidária englobe e possa realizar todas as possibilidades duma vida livre e digna. Ou seja, trata-se de lutar também pela liberação do trabalho, pela ampliação do tempo livre através da redistribuição da quantidade residual de trabalho socialmente necessário entre o conjunto da população. Concretamente, aqui se insere a demanda por uma renda mínima vitalícia: há que desvincular trabalho e renda.

De resto, não estamos aqui a reafirmar a quimérica utopia duma sociedade plenamente comunitária, simples, homogênea e transparente, nem a retomar a velha aspiração do trabalho enquanto atividade sem alienação, completamente autônoma. É Castoriadis quem reconhece que “*nunca uma sociedade será totalmente transparente*”. Assim como a sociedade não pode coincidir com o mercado, também não pode ser absorvida pelo mundo da vida quotidiana. Neste novo milênio, em função dos seus trágicos resultados, parece que estamos mais vacinados contra os riscos da utopia da coincidência entre trabalho e vida, da completa autogestão social. Hinkelammert, em ***Crítica da Razão Utópica*** demonstra que não se trata de uma negação das utopias de emancipação social, mas da rejeição da conceituação transcendental de utopia presente no sonho da construção de uma sociedade perfeita (seja o Mercado, seja o Estado, seja a Comunidade), apontando para a reintrodução do limite do humano.

Este amplo leque de atividades econômicas nas quais os princípios da autogestão não se realizará plenamente (pois é impossível a autogestão dum aeroporto, dum porto, duma força policial e militar, dum tribunal, duma central hidrelétrica, duma usina siderúrgica ...) exclui estas atividades duma lógica solidária? Ora, mesmo estas atividades podem (e devem) serem desenvolvidas sem exploração; serem eficientes sem se guiarem pela busca da maximização do lucro; podem (e devem)

promover a coesão social, possibilitando a inserção de pessoas desfavorecidas; ser sustentáveis; respeitar a diversidade de culturas; assumir uma dinâmica de territorialização e de desenvolvimento local, empoderamento e estar sensíveis à dimensão de gênero. Então, nestes casos estas atividades também deveriam ser denominadas de economia solidária, pois, ao incorporarem o espírito da solidariedade para com o outro, com o diferente e com o todo, propiciam a emergência dum tecido social anticapitalista!

b) Por outro lado, inclusive no marco das atividades autogeridas é importante reter que nem mesmo estas podem escapar, somente pelo fato de serem democráticas, à serem possuídas pela lógica do capital. Esta é uma das grandes lições históricas do movimento cooperativista. Esclarece Gaiger (2004: 397) que *“a natureza não capitalista duma organização econômica não se mede com segurança pelo caráter coletivo do seu sistema de propriedade”*. A existência formal da propriedade coletiva e/ou estatal dum empreendimento não garante a inexistência dentro do mesmo de relações de classe e de exploração. Em inúmeros casos a igualdade jurídica na propriedade da empresa e seus mecanismos formais de representação e participação, encobrem uma imensa desigualdade interna entre gestores e trabalhadores, visualizada nos grandes desníveis dos rendimentos.

c) Além disto, as atividades coletivas não esgotam todas as possibilidades da emancipação humana. Isto decorre não apenas do fato de que os vínculos sociais sempre são híbridos, compostos de doses variadas de altruísmo, pragmatismo e utilitarismo; como também não existe uma única resposta aos desafios da gestão econômica, a qual admite uma pluralidade de formas e princípios.

O aspecto central da economia solidária não é a autogestão, ainda que sem esta característica na maioria dos casos a economia solidária fique irreconhecível. Portanto, a autogestão não é condição para constituir o campo da economia solidária.

2. *Em que consiste a economia solidária?*

Afinal, em que consiste a economia solidária? A novidade, a força e o diferencial da mesma gravita na idéia da SOLIDARIEDADE. Na economia solidária o elemento solidariedade não é um mero adjetivo: é central, reformata a lógica econômica. A economia solidária incorpora a solidariedade no centro da atividade econômica. Por isto ela é mais adequadamente denominada socioeconomia solidária.

Mas, é tendo presente que os empreendimentos de economia solidária se encontram no mercado que entenderemos em que sentido a solidariedade reformata o metabolismo econômico. Por estar no mercado, a economia solidária está sujeita ao fetichismo das mercadorias. Ou seja: ela também cuida dos aspectos de design, marketing ...

Não estamos, portanto, nos referindo à um setor não mercantil e não monetário (economia da dádiva). Também não estamos falando dum setor não lucrativo, do 3 Setor. O aspecto central da economia solidária não é sua não lucratividade, até porque a dimensão do lucro – ainda que renomeado como resultado, sobras, excedente ... – está presente nas expressões mercantis da mesma. Falemos bem claro: o lucro é, fundamentalmente, uma dimensão que permite auferir e avaliar a eficiência das atividades econômicas mercantis.

Porém, é preciso realçar que uma das originalidades da economia solidária é ela estar no mercado sem se subordinar à busca do lucro máximo, como se evidencia pelos seus empreendimentos se guiarem pela prática do preço justo. O novo campo das finanças solidárias (que está a democratizar o crédito) também permite ver bem claramente: a preocupação com a rentabilidade econômica não se exclui, mas suas operações se pautam pelo respeito à valores éticos e humanistas. Quando um

empreendimento econômico abre mão da possibilidade de maximizar o lucro em função de uma perspectiva social e ecológica, então esta empresa tem uma postura solidária dentro da troca mercantil. Esta é a novidade da economia solidária.

É característico das atividades econômicas que estamos tipificando como solidárias o fato da acumulação material que aportam estar submetida à limites, porém sem deixar de possibilitar a reprodução ampliada da vida (a melhoria das condições de vida). Ou seja: não estamos falando da reprodução simples de mercadorias, de atividades meramente de subsistência, de uma economia pobre para pobres, de uma “economia de sobrevivência nas catacumbas”. Trata-se de uma outra economia que se confronta com os interesses da reprodução do capital e do poder; de uma outra economia que tanto está a contribuir para o desenvolvimento das forças produtivas de uma forma sustentável no longo prazo, pois traduz-se em economias internas (eliminam-se os atravessadores), menores custos de produção e, conseqüentemente, em maior capacidade de acumulação; quanto já se impõe enquanto um novo padrão de relacionamento humano. Por ampliar as possibilidades de desenvolvimento tanto no plano das forças produtivas quanto do das relações humanas, podemos afirmar que a economia solidária configura um outro modo de produção com potenciais civilizacionais superiores ao capitalista, o qual hoje cada vez mais trava as possibilidades existentes de evolução humana. Por um lado o modelo de vida dos países ricos não é extensível à toda humanidade, por outro a economia atual não tem perspectivas de integrar nossas sociedades, pelo contrário: é excludente, multiplicando no mundo os sinais de barbárie.

Para precisar a importância do elemento mercantil despojado do impulso maximizador, é bom lembrar que uma empresa tipicamente capitalista busca apenas o máximo lucro através da organização racional do capital e do trabalho (e não de forma aventureira, esclarece Weber, 1996: 7). Friedman (1984: 122), ao escancarar que “*há uma e só uma responsabilidade social do capital – dedicar-se a aumentar seus lucros*” sem compromissos com o lugar onde contingentemente se encontra, indica que a busca de lucro peculiar ao capitalismo é uma finalidade em si própria, desprovida de qualquer caráter eudemonista ou hedonista, indo além do mero bom senso comercial. Trata-se de um ethos, de uma mentalidade, de uma cultura, de um espírito, afirma Weber com propriedade. Este atributo do capitalismo foi descrito por Polanyi como desincrustamento da esfera da economia (autonomização do econômico) e ocultamento do sentido substantivo da economia, como uma ruptura do econômico com as dimensões éticas, políticas e culturais.

A emergência da economia solidária permite não mais identificarmos a empresa moderna com a empresa capitalista socialmente autista, pelo contrário: esta última progressivamente passa a ser vista como sinal de épocas primitivas, como inadequada aos tempos presentes que exigem que uma empresa seja cidadã (que tenha responsabilidade social e ambiental), que exigem a maximização não das margens de lucro mas do bem estar e da qualidade de vida. Isto converge com parte das mudanças sócio-culturais contemporâneas que inauguram uma situação de pós-escassez, de ruptura com o produtivismo (Giddens, 1996: 118). Esta situação surge quando as pessoas, ao perceberem os processos econômicos como ameaçadores (o que foi denunciado por Illich como “*contraprodutividade moderna*”: mais pode ser pior, como é o caso da explosão demográfica de automóveis ameaçando as cidades de **auto**-destruição), tomam decisões contrárias à busca de máximos retornos econômicos.

O contraste com a economia capitalista nos permite precisar o que é a economia solidária e seu caráter anticapitalista. É fundamental não perder de vista o elemento central que caracteriza o âmago da economia solidária: ela não está prisioneira da lógica do capital, da míope corrida pela valorização do valor. A lógica do valor em busca de uma valorização desmesurada é a do “quanto mais tenho, mais quero”, a qual historicamente substituiu o princípio do “suficiente me basta”. Caso contrário, o capitalismo continuaria a se reproduzir e engoliria a economia solidária (como aliás

ocorreu com o cooperativismo), passando-se a se reproduzir agora numa forma mais cooperativa e com base na auto-exploração.

As experiências de cooperação entre produtores e/ou consumidores que se proclamam alternativas, quando não pautam a mudança do estilo de vida e a ruptura com o produtivismo na sua agenda, acabam por ficar prisioneiras do *ethos* capitalista. Ainda que necessários, os valores da autonomia, cooperação, democracia ou mesmo do consumo solidário, não são suficientes para quebrar o espírito capitalista e subordinar, assim, o mercado/economia às finalidades supremas da sociedade. É o desafio ético, de construir novos estilos de vida, de assumir a prática do consumo solidário incorporando o valor da austeridade, de buscarmos uma *oikonomia* que articula eficiência com suficiência.

Aristóteles corretamente anteviu, na sua crítica à crematística, que a ilusão da cobiça – achar que com dinheiro se pode comprar meios de vida infinitos – levaria a destruição do bem viver. A máxima de Gandhi (1869-1948) ganha realce hoje dramáticos: “há no mundo o bastante para todos, mas não para a ganância de poucos”. O desenvolvimento estava fundado na crença de que poderia ser universalizado no espaço e durável no tempo. Este mito hoje se desmascara, pois sabemos que o desenvolvimento não é para todos (crise de justiça) nem é sustentável (crise da natureza). O crescimento pelo crescimento, tal como definido pela dinâmica capitalista da reprodução ampliada (D-M-D’), é a ideologia da célula cancerosa.

Em virtude do “*capital ontologicamente funcionar como ens causa sui, isto é, como Deus*” (Verrès, apud Gorz, 1998: 126), o capitalismo transformou meios em fins. Subordinar os meios aos fins requer uma mutação civilizatória, e ela já está em curso. Cada vez mais exige-se, presentemente, pensar o econômico juntamente com a discussão sobre os fins. Muitos são os que buscam a reintrodução da perspectiva ética na economia. Assim como no passado a submissão da sociedade (da terra, do trabalho e do dinheiro) aos “*moinhos satânicos*” (domínio do valor) realizou-se no contexto de uma grande transformação – na qual a grande indústria deformou o próprio “*caráter do homem*” (Polanyi, 1980: 136), transformando a “*substância humana e natural da sociedade em mercadorias*” (cap. 6) – Polanyi explicitamente defende que uma reestruturação do paradigma econômico se situa, no essencial, no horizonte ontológico, supondo uma mutação radical nas motivações humanas (uma “*reforma da consciência humana*”; 1980: 135) na qual o móvel da ganância seja substituído pelo da convivialidade. Trata-se de um enfrentamento ético com o ídolo do mercado, o qual adquirindo o *status* de “*uma religião secular*” (ibid.: 111), está imbuído do “*credo fervoroso*” na “*salvação secular do homem através de um mercado auto-regulável*” (conf. cap. 12: “*O nascimento do credo liberal*”).

Para Polanyi, a chave para alcançar a liberdade numa sociedade complexa radica no “*nível moral ou religioso*”, uma vez que as instituições “*são materializações do significado e do propósito humano*”. A reforma institucional, se não for acompanhada pela reforma no espírito do homem (se não possuir “*uma inspiração espiritual*” – ibid.: 172), não serve para nada.

Por isto encerra **A grande transformação** com estas afirmações:

Temos invocado o que consideramos que eram os três fatos constitutivos da consciência do homem ocidental: o conhecimento da morte, o conhecimento da liberdade, o conhecimento da sociedade. O primeiro, segundo a tradição judia, foi revelado na história do Antigo Testamento. O segundo pelos ensinamentos de Jesus Cristo tal como nos mostra o Novo Testamento. A terceira revelação surgiu porque vivemos em uma sociedade industrial. Nenhum grande nome histórico está ligado a ela. Possivelmente Robert Owen é quem esteve mais próximo de converter-se em seu porta-voz. É esta revelação – o conhecimento da sociedade – o que constitui a consciência do homem moderno (1980: 251).

Nesta invocação de Owen, presença recorrente, aliás, ao longo da sua obra, K. Polanyi resgata não apenas a tradição socialista romântica, mas uma outra forma de compreender a economia política que foi desprezada pela escola clássica. Se para o liberal a idéia da liberdade degenera na simples defesa da livre empresa, o socialismo real em vão prometeu um reino de liberdade, “*pois os meios determinam os fins*”. Citando F. Knight - “*nenhum motivo especificamente humano é econômico*” -, conclui Polanyi sua grande obra, que antecipou em muitas décadas os grandes temas do debate atual: “*Após um século de 'desenvolvimento' cego, o homem está restaurando o seu habitat. Se a industrialização não deve extinguir a raça, ela precisa se subordinar às exigências da natureza do homem*” (ibid.: 243).

Da perspectiva da socioeconomia solidária, é fundamental perceber que esta é impulsionada pelas novas tecnologias e pela crescente afirmação de uma sociedade em rede. Uma lógica econômica que carece da adesão e da criatividade dos trabalhadores estimula formas de trabalho associativo e solidário, favorecendo também o papel das redes de pequenas e médias empresas. Como a produção econômica e a reprodução da vida tendem a se tornar indistinguíveis, a socioeconomia solidária é uma forma de enfrentar os desafios contemporâneos sem subterfúgios, pois nela afirma-se uma economia vinculada diretamente à reprodução ampliada da vida de seus membros e não a serviço da lei do valor (Coraggio, 1996: 196). Mais que ser uma “alternativa econômica”, uma busca por novas maneiras de produzir e acumular, a economia solidária está a construir uma nova experiência de ser não utilitarista e possessiva, uma nova ontologia. Ela reconfigura-se como um “modo de vida”, ajustando-se a uma nova perspectiva de mudança social na qual a dimensão dos valores (no passado descartada como infantil e utópica) tem um papel fundamental. Reconhecemos na economia solidária a presença de uma certa “ascese”, uma ruptura com o ethos capitalista produtivista e consumista, que a coloca alinhada com uma economia da simplicidade, tal como antevisto nesta afirmação de Anand Coomaraswamy: “*A civilização não consiste na multiplicação dos nossos desejos e dos meios de satisfazê-los, mas no refinamento da sua qualidade*” (apud Sethi, 2002: 152).

Se compararmos a vida com uma loja de doces para apetites cada vez mais vorazes, certamente será marcada, para os que estão dentro da loja, por ambição, insensibilidade, medo (dos que estão do lado de fora) e “*por acessos de náusea e dores de estômago*”; enquanto os demais, sem dinheiro e que do outro lado da vitrine a “*olham avidamente*”, terão raiva, ódio, inveja, fome e auto-reprovação. Tudo depende apenas “*do lado da vitrine em que eventualmente nos encontramos*” (Bauman, 2000: 29). Para interromper a corrida do consumo

é preciso mais do que oferecer a todos a chance de participar dela. Se a noção de finitude não for reintroduzida na agenda da vida, (...) pouco se conseguirá, ainda que se adotem as medidas redistributivas mais radicais (Bauman, 2000: 189).

Construir uma economia mais justa implica construir novos estilos de vida, significa reestruturar o paradigma econômico de forma a romper com o móvel da cobiça e com o ídolo do mercado. Para isto carecemos de novos referenciais que rompam com o economicismo e possibilitem “*amarrar o arado a uma estrela*” (R. Emerson).

3. O rei está nu!

Em muitos casos, as mudanças graduais, as pequenas alternativas, abrem portas para transformações estruturais também graduais. (B. Santos).

Nos anos 30 já advertia Lewis Mumford (1965: 676) que na sociedade moderna as “*redes de controles organizacionais e a comunicação instantânea com toda parte*” tornam “*os novos poderes*

obscuros, impossíveis de fixar ou de enfrentar, eterizados. (...) Era possível romper a muralha de uma cidade ou matar um rei: mas como se poderia atacar um cartel internacional?"

Confirmando o fim das míopes antinomias do pensamento iluminista, em 2000 Negri e Hardt proclamaram em alto e bom som que, num mundo governado como um único Império por mega-corporações, a oposição entre local e global, entre exterior e interior, não é mais válida: somente uma resposta global pode desafiar o império. Isto não significa que estamos impotentes, apenas ressalta a importância da política externa num eventual governo nacional "progressista" que rompa com os automáticos alinhamentos com o império, bem como a necessidade da atuação cidadã ser articulada em redes, evitando ficar restrita a uma ação isolada.

A luta contra o racismo, contra o sexismo e a demolição ambiental não apenas gerou movimentos que pela primeira vez na história buscam seriamente alternativas civilizatórias, como também trouxe um questionamento radical de *"todo o aparato intelectual engendrado desde o século XIV"* (Wallerstein 2001: 81). Uma vez que muitas das clássicas distinções, das velhas categorias e das antigas estratégias já não dão conta dos desafios contemporâneos, presentemente a teoria e a prática emancipatória estão sendo refundadas (como podemos constatar no pensamento de I. Wallerstein, Boaventura Santos, e A. Negri, ou no movimento zapatista e no FSM, por exemplo). A emergência de utopias, estéticas e paradigmas novos indica a passagem de um período histórico, aponta Quijano (1992).

Também evaporam-se a diferenciação entre a dimensão pessoal e as macro-sociais. O entrelaçamento entre o subjetivo e o objetivo, razão e emoção, está presente na crescente afirmação da solidariedade (e da economia solidária), sinal da transição civilizatória em que nos encontramos. A emergência da socioeconomia solidária é parte de uma transição civilizatória, sendo potencializada pela mesma.

Solidariedade cada vez mais não é um adjetivo restrito às relações pessoais e descartável, e sim o eixo de um projeto societário. Neste a transformação social é produto de um rechaço ético-político, e não meramente uma decorrência automática do desenvolvimento das forças produtivas, das contradições objetivas, da força das armas ou de um resultado eleitoral. Ou seja: a ética é uma dimensão fundamental da ação política. Assim como Davi frente à Goliás, a luta e o protagonismo da multidão se sustentam na força dos valores morais, na negação ética da ordem vigente e na opção por uma ordem alternativa. As experiências de economia solidária, da permacultura e das ecovilas são duplamente a recusa e a afirmação de um novo corpo social.

O reino da liberdade não advirá mecanicamente do desenvolvimento das forças produtivas. Pelo contrário: quebrou-se o vínculo entre o desenvolvimento das mesmas e a emancipação humana. As forças produtivas não fornecem automaticamente as bases materiais para uma sociedade socialista, pelo contrário: podem até tornar-se um obstáculo para esta última. A ruptura com a racionalidade produtivista *"só pode vir dos próprios indivíduos"* (Gorz, 1982: 93), como um ato de liberdade proveniente duma subjetividade liberada: *"o potencial liberador que um processo contém só se atualiza quando os homens dele se apropriam, fazendo-se homens livres"* (Gorz, 2003: 179). A história, como produto da ação humana, somente tem sentido porque somos capazes de nela imprimirmos sentido (Gorz, 2003: 99), *"só tem uma lógica quando é regida por subjetividades"* (Negri; Hardt, 2001: 254).

Se no passado a escolha moral estava dada pela tradição, hoje, com a afirmação do princípio da individualidade, não é mais a comunidade tribal que orienta nosso agir, mas este é organizado com base nas decisões de cada pessoa. Estamos destinados a realizar escolhas, e elas impulsionam a história. A permanente responsabilidade moral do homem *"não é dada por um sistema, mas pelo próprio homem. O sentido não é um dado exterior ao homem, mas uma escolha e uma construção"*

feita no cotidiano” (Raux, 1998: 12). No mundo contemporâneo onde a individualidade está vigorosamente enraizada, onde a fragmentação constitutiva do social impossibilita uma perspectiva totalizante de ordenação societária, o engajamento moral e pessoal também exerce uma força determinante. Se há uma margem para a construção humana da história, se não cabe minimizar muito menos ignorar o papel ativo das subjetividades na modelagem do processo histórico, se a estrutura social também é o resultado (ainda que imprevisível) das escolhas sociais fundadas em crenças e normas, se a dinâmica social de riqueza e pobreza não resulta meramente do funcionamento automático do princípio abstrato do mercado, então a esfera normativa, os objetivos que almejamos, as atitudes (se fatalista ou de combate) que tomamos diante das tendências também tem o seu peso e influenciam na resultante societária! Não estamos impotentes: nossas decisões individuais e coletivas (de consumo, políticas ...) ou submetem a força do mercado e da técnica de forma a atender ao bem estar das majorias, ou renunciamos ao controle sobre as mesmas e as entregamos ao serviço das minorias e das poucas mãos do poder monopólico das corporações transnacionais. Em outras palavras: *“o indivíduo participa da feitura da realidade social, e o caráter dessa participação pode diferir de um indivíduo para outro. Pode ser um caráter ativo (...), ou pode ser meramente reativo.”* (G. Ramos, 1981: 128).

Podemos construir uma alternativa ao capitalismo ao interior do mesmo, pois estamos todos dentro dele e de alguma forma colaboramos com este sistema na vida cotidiana. Existe uma linha indissolúvel, um *continuum* entre indivíduo e sociedade, o que nos obriga a pensar o vínculo entre transformação pessoal e transformação social. Todo sistema de dominação somente se sustenta porque conta, em algum grau, com a nossa adesão, ou com nosso consumo: *“nossas escolhas de consumo podem tanto colaborar na expansão de redes solidárias, como realimentar a própria reprodução do capitalismo”* (E. Mance, 2000). As correntes feministas, em particular, insistem em afirmar: **“o pessoal é político”**.

Não por acaso, Negri e Hardt em *Império* insistem que a **corrupção**, enquanto ruptura e negação da comunidade biopolítica, enquanto vazio ontológico, é o próprio *modus operandi* da ordem imperial (2001: 412). O Império tem um poder parasitário. Sua força reside em que nós consumimos coca-cola, Nestlé, Shell, confiamos no dinheiro deles e ainda o depositamos nos bancos deles ... Mas este rei aparentemente onipotente encontra-se nu! É isto que a frágil criança, que está sendo embalada na economia solidária, na permacultura e nos círculos holísticos, já está a gritar: votamos cada vez que compramos e consumimos. Este sim é o voto decisivo, esta sim é a aliança fundamental!¹

O Império age pela corrupção, está impregnado em cada um de nós, sendo sustentado pela nossa adesão a um “modo de vida consumista”. Entretanto, isto é um clichê demasiadamente genérico, pois sempre consumimos para viver, ainda mais que numa sociedade de complexa e de profunda divisão do trabalho, necessariamente consumimos mercadorias. O que está em questão não é o consumo ou o mercado, mas é o padrão de consumo: qual o estilo de vida que adotamos? Que tipo de mercadorias consumimos? Que tipo de mercado construímos? Os consumidores somos importantes acionistas anônimos da grande máquina, mas, em geral, temos a possibilidade da escolha: mesmo dentro do capitalismo e do mercado existente, há opções de mercadorias metabolicamente diferenciadas, que se inserem em lógicas solidárias e/ou locais, comunais.

Para Negri e Hardt construir o **contra-Império** é construir um novo modo de vida, uma nova maneira de viver que não seja individualista mas cosmopolita e cooperativa. É reapropriar-se dos meios de produção biopolíticos, ou seja, dos afetos, dos corpos e dos desejos, de todas as ações da vida cotidiana (revolução molecular). O império só pode ser enfrentado com um contra-Império,

¹ Práticas exemplares antecipadoras desta perspectiva são a recusa a comprar o sal na luta pela independência da Índia, liderada por Gandhi; e o boicote dos negros em Montgomery, 1955, às empresas de ônibus, desencadeando a vitoriosa luta anti-racista norte-americana. Ampla avaliação do poder das práticas de boicote sobre a economia e como ação política encontramos em CRIC (1997) e Sharp (1983).

pelo poder da **multidão**, ou seja: uma organização política alternativa de fluxos e intercâmbios globais. A construção de uma alternativa ao Império terá lugar no próprio terreno imperial (no duplo sentido: no mercado, e no espaço mundial. Refugiar-se no território local/nacional é não estar a altura dos desafios do tempo presente). Daí a analogia dos autores com o nascimento do cristianismo na Europa e sua expansão durante o declínio do Império Romano. Nesse processo um enorme campo de subjetividade foi construído e consolidado, desafiando em sua totalidade o espírito imperial. No atual quadro de transição civilizatória em que brota uma nova consciência/sensibilidade, a afirmação da solidariedade já está a moldar as novas energias emancipatórias.

Sabemos que o padrão de produção/consumo dos países do Norte somente é viável com base num apartheid planetário, mas continuamos a copiá-lo colonialmente. O mérito da literatura sobre o desenvolvimento sustentável foi apontar para a insustentabilidade do modo de vida atual, ainda que também tenha-se constatado o logro do próprio conceito de "desenvolvimento sustentável" (aprisionado ao problemático substantivo "desenvolvimento"). Recentemente Edgar Morin (2003) afirmou:

A idéia de desenvolvimento, mesmo o desenvolvimento dito "sustentável", toma como modelo nossa civilização em crise, a mesma civilização que seria preciso reformar. Ela impede o mundo de encontrar formas de evolução outras que as inspiradas no Ocidente. Ela impede o surgimento de uma simbiose das civilizações, simbiose que pudesse integrar o melhor do Ocidente (os direitos humanos, os direitos da mulher, as idéias democráticas), mas excluir o pior. O próprio desenvolvimento é movido pelas forças descontroladas que conduzem à catástrofe.

É urgente buscarmos um outro desenvolvimento. No debate contemporâneo isto significa, em primeiro lugar, rever profundamente o próprio conceito de desenvolvimento (até porque todo o conceito sempre pode ser descartado) e avaliar inclusive as alternativas ao desenvolvimento. Traduzindo: há que pautar a questão do estilo de vida, pois é possível viver com menos e viver melhor.

Nesta direção encontramos um grande acúmulo nas experiências das *Città Slow*²; na Rede Global de Ecovilas; ou no amplo debate ecológico contemporâneo. Ao adotar a bandeira de que é possível “comer menos, comer melhor”, o *Slow Food* aponta para o debate em torno do “produzir menos, produzir melhor”, ou “trabalhar menos e viver melhor”.

Hoje uma ruptura histórica não é possível sem uma mudança de consciência que altere o íntimo e os corpos das pessoas, seus hábitos e valores, seus padrões de consumo. O enfrentamento com uma lógica civilizatória enferma que se estende por todo o corpo social envolve "*a penosa construção de nós mesmos*" (Paulo Emílio). Isto está belamente expresso na letra da música "Até quando?" (de Gabriel Pensador, Tiago Mocotó e Itaal Shur)³: "*muda, que quando a gente muda, o mundo muda com a gente. A gente muda o mundo na mudança da mente. E quando a mente muda a gente anda pra frente*". Este valor dos pequenos gestos também está presente em célebres passagens "*Aquele que se tornar pequenino como esta criança, esse é o maior no Reino*" (Mt 18, 4); "*detalhes tão pequenos de nós dois, são coisas muito grandes pra esquecer ...*" (R. Carlos).

A condição humana na sociedade industrial de massas foi gestada de modo a que cada indivíduo tivesse um papel insignificante e servil diante da mega-máquina (o sistema social totalmente organizado e homogeneizador – tanto o capitalista, quanto o sistema estalinista ou chinês de

² Uma rede internacional de cidades que surge na Itália a partir do movimento *Slow Food* – www.slowfood.com; <http://ecosust.gaia.org.br/textos>.

³ CD/Álbum de Gabriel Pensador, intitulado "Seja você mesmo, mas não seja sempre o mesmo".

industrialização). Face à reação operária-juvenil-feminista à este caráter mutilador-prisional do trabalho fordista que irrompe especialmente desde os anos 1960 (convergindo no ano mágico de 1968), recusando a monotonia deste regime disciplinar, o capital se viu obrigado à engendrar novas tecnologias e a transformar os processos de trabalho. A nova composição da força de trabalho, mais intelectual e comunicativa (e imaterial, portanto), tornou o conhecimento a principal fonte produtiva. Entretanto, como o bom funcionamento do aparato produtivo exige a adesão e a mobilização de todas as capacidades cognitivas do trabalhador, neste caso a dominação do capital não pode mais exercer-se diretamente sobre o trabalho vivo mediante restrições hierárquicas, o terreno do conflito desloca-se para o âmbito do cultural e do biopoder.

Contrariamente, algumas das dinâmicas societárias contemporâneas denominadas pós-modernas engendram subjetividades desestabilizadoras e uma realidade social crescentemente interativa, onde o papel ativo de cada pessoa é significativo e vital. Mas não se trata do indivíduo solipsimista, isolado e anômico, mas da ação militante mediada por grupos, construtora de comunidades⁴. A subjetividade emergente não se estilhaça apenas no subjetivismo narcísico, mas também se afirma como intersubjetividade, como individualidade integrada com o outro de forma solidária e holista, como podemos particularmente observar nos participantes da socioeconomia solidária.

Parte da mutação societária que vivemos é a revalorização do infinitesimal. "*Você faz toda a diferença*", é o slogan de campanhas que incentivam o "comércio justo" (CESE, 2001). Ou seja: nosso consumo tem poder! O crescente papel ativo dos cidadãos que atualmente se projeta não se limita ao poder dos consumidores, mas também diz respeito ao seu agir enquanto poupadores/investidores, alimentando os bancos cooperativos e o circuito financeiro solidário. Esta mudança da condição humana pode ser melhor compreendida com uma analogia à forma de atuar da homeopatia. O poder e a eficácia desta reside na diluição crescente do princípio ativo dos remédios, o que aparentemente é um absurdo (esta é a principal resistência dos alopatas, que se recusam a admitir uma prática aparentemente irracional). Ou seja: quanto mais nossos valores, nosso modo de vida se disseminar na sociedade, quanto mais invisíveis forem os agentes transformadores, quanto menos sua presença renovadora for notada, então, paradoxalmente, mais avançado poderá estar o processo progressivo de transformação substantiva do corpo social. Claro que esta perspectiva pode ser uma tremenda ilusão se não houverem sinais nem for possível reconhecer os passos que demonstrem estar a sociedade caminhando para a superação da exploração e da pilhagem.

Foucault chamou a atenção para os mecanismos infinitesimais do poder. Reconhecer isto, entretanto, não significa que abandonamos a grande escala, ou que apenas "o pequeno é belo". Ficar numa restrita posição localista e subjetivista seria falso e prejudicial à emancipação humana. A vida moderna tem exigências que não permitem à nenhum grupo humano ser auto-suficiente e autárquico.

Já constatamos que as transformações contemporâneas indicam que a oposição entre local e global deixam de ser válidas. A batalha é simultaneamente de caráter planetário e dentro de nós mesmos e das nossas organizações. É vital resistir à sedução do poder egocêntrico. Pelos frutos conhecemos a árvore, isto é, pelas práticas e não pelas palavras. Paradoxalmente, os que propagam a "solidariedade" muitas vezes adotam a censura e a intolerância política inclusive ao interior das próprias redes solidárias⁵, perdendo uma boa oportunidade de demonstrar coerência e serem

⁴ Maffesoli (1987) confirma que uma característica fundamental da socialidade contemporânea é o ressurgimento das tribos.

⁵ Na principal lista de discussão da ES brasileira (vinculada à Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária) está presente a censura pois seu moderador, Euclides Mance, "aprova" as mensagens encaminhadas inclusive pelos antigos membros, fato que tem gerado constrangimentos e graves desgastes internos. Pode-se acessar o conjunto das mensagens da mesma através da página www.redesolidaria.com.br.

exemplo de tolerância para com o diferente. Mesmo dentre os atores da socioeconomia solidária nunca haverá homogeneidade ideológica, senão reproduziriam o discurso único do neoliberalismo, e dariam margem para a piada que afirma que o socialismo substituiu a exploração do homem pelo homem pelo seu contrário ... Incrivelmente, as mesmas instituições civis que defendem o orçamento participativo têm seus recursos escondidos em verdadeiras caixas pretas. Ao não tornar transparentes suas ocultas contabilidades, as entidades que lideram a socioeconomia solidária perdem uma oportunidade de serem coerentes com o discurso do poder-serviço. Se a autogestão não for possível no meio da economia solidária, como esta vai propagá-la?

Talvez para alguns isto possa parecer um apelo moralista, de menor valor, mas é bom ter presente que a Revolução Sandinista não foi derrotada mas se suicidou eticamente (conf. Gorostiaga, 2001). A mortífera corrupção moral dentro dos que lutam pelo socialismo não se restringe à Nicarágua, mas é bem mais generalizada. Cada vez mais precisamos é de coerência social: “[...] *não há carência de grandes discursos. Há carência de discursos verdadeiros*” (Castoriadis, 1999: 6). Gandhi já afirmou claramente: sejamos a mudança que queremos ver no mundo! Também Paulo Freire, rompendo com a lógica imediatista do vanguardismo autoritário, sempre acentuou a dimensão ética e pedagógica da ação política.

É este poder do infinitesimal que releva a imensa força da ética na vida contemporânea. Vale resgatar o símbolo da rejeição mais radical e vitoriosa ao Norte imperial e forjador de uma ordem societária difusora da paz: GANDHI. Em Gandhi se definem múltiplas estratégias atualmente em relevo para a saída dos impasses civilizatórios em que nos encontramos. Seja a estratégia da "não violência", seja a do "boicote", ou a da opção por um estilo de desenvolvimento enraizado na cultura do seu povo, Gandhi tem uma importância impar e atual, especialmente para fermentar a própria economia solidária. Com Gandhi afirma-se uma outra visão sobre o poder: "*Não importa que o que você venha seja insignificante. É absolutamente importante que você o faça*". Estamos diante de novas lógicas de poder, também acentuam Foucault, Negri, Lévy ou Wallerstein, de novas configurações institucionais, a ponto de Holloway polemicamente defender a perspectiva de "mudar o mundo sem tomar o poder".

Seria uma armadilha se reduzíssemos o debate sobre a ética ao nível microsocial, ao plano das ações dos agentes econômicos individuais. Sabemos que práticas sociais que funcionam no nível local ou em pequenas comunidades, são impraticáveis ou insuficientes no âmbito de uma sociedade de complexa divisão do trabalho composta por milhões de pessoas. A economia de mercado, em grande parte um sistema auto-organizado, possui propriedades sistêmicas que emergem não intencionalmente dos atores que o constituem, ou seja: o todo não é meramente a soma das partes.

A ética também não pode ser reduzida à intencionalidade dos atores (ao plano das suas qualidades morais) pois as próprias regras do jogo costumam ser problemáticas. Sabemos que o sistema econômico comporta falhas estruturais, e que o mercado ergue um fosso cada vez maior entre os mais e os menos competitivos. Ser mais ou menos competitivo (o que determina a sorte ou a condenação de cada um) não é uma questão apenas de mérito individual mas também um perverso resultado que decorre de assimetrias e pequenas oportunidades que, na inexistência de mecanismos corretores e instituições que propiciem uma maior igualdade de oportunidades, desencadeiam vantagens acumulativas que aumentam exponencialmente e engendram uma perversa sociedade de bilhões de excluídos. Não basta a ação empresarial eticamente correta se ela se insere num sistema estruturalmente excludente e opressor. Não basta a virtude no cumprimento das regras estabelecidas.

O conhecido problema do “aprisionamento do mercado” demonstra que o sistema econômico com frequência, devido as contingências históricas (ser o primeiro a entrar num determinado mercado), escolhe trajetórias aleatórias que tomam dianteira e engendram situações praticamente irreversíveis

que não são necessariamente as melhores e mais eficientes para a sociedade. A Microsoft, por exemplo, aprisionou o mercado com seu sistema operacional, o que acaba bloqueando alternativas reconhecidamente superiores.

Também não basta que cada ator social modere com extrema virtude seu uso de energia elétrica ou de seus veículos particulares, por exemplo, se o padrão energético estabelecido (que dificulta a competitividade das alternativas solares e eólicas) bem como o sistema de transporte (centrado no rodoviarismo e no transporte individual) inviabilizam o surgimento de alternativas mais eficientes e sustentáveis. Não é suficiente a virtude no cumprimento das regras vigentes, pois os desafios postos exigem uma boa dose de rebeldia propositiva.

CONCLUSÕES

Portanto, a socioeconomia solidária não é movida nem pela rentabilidade máxima do capital, nem pela exacerbação do interesse individual. Isto permite a economia solidária repor o sentido originário da economia – cuidado da casa, porém sem perder o outro sentido mais vulgar – usar racionalmente os recursos, fazer melhor com menos tempo e recursos. Este é o sentido emancipacional e civilizatório das economias de tempo advindas do desenvolvimento tecnológico: propiciar trabalhar menos e viver melhor.

O solidarismo das práticas da economia solidária está a indicar uma outra racionalidade (pois casa o emocional com o econômico, a competição com a cooperação), que, ao contrapor-se ao ethos capitalista, permite a sociedade reapropriar-se da economia, possibilitando a subordinação da economia à sociedade. Ou seja: permite expressar a economia não mais como o fim supremo, mas apenas como um instrumento que tem por finalidade o sustento da vida e a melhoria da condição humana.

A economia solidária conjuga de forma inovadora os dois sentidos do econômico: o substantivo e o instrumental. Não se trata apenas dum cruzamento de lógicas (da competição e da solidariedade), mas da reformatação da lógica mercantilista numa nova lógica econômica que amalgama o econômico e o social: ela é uma economia dinâmica e inovadora que, simultaneamente, também possibilita uma reforma social, uma sociedade justa.

Como Weber vislumbrou, o crescente processo de racionalização (de cálculo e da racionalidade instrumental) e de desencantamento engendrou um ethos próprio ao capitalismo, ou seja, o espírito que dá vida ao capitalismo: a ética produtivista e consumista. Do mesmo modo, hoje também podemos dizer que tanto a economia solidária faz parte duma revolução paradigmática que está trazendo um novo estilo de vida, quanto também ela está a gestar um novo espírito adequado à uma nova civilização. O emergir da socioeconomia solidária entrelaça-se com o feminismo (há uma maioria de mulheres na economia solidária), com o despertar da agroecologia, da permacultura e o revigoramento das formas familiares de produção agrícola, expressões do contramovimento de defesa da sociedade diante do fundamentalismo de mercado, partes duma transição paradigmática e civilizacional. A socioeconomia solidária é sinal dum outro paradigma produtivo, estando bem sintonizada com as novas possibilidades organizacionais, e portadora duma outra visão sobre o progresso, de novas formas de viver e se relacionar, sobre o político e sobre a aliança da humanidade com a natureza, na direção duma outra sociedade ambientalmente mais sadia e socialmente mais justa.

Para efetivamente se configurar uma outra economia não é suficiente apenas a organização autogestionária. A economia solidária não diz respeito somente à processos organizativos intra-econômicos, nem aponta somente para o Estado ou para processos políticos, em que pese estes serem fundamentais para a socioeconomia solidária. Esta é outra característica bem conhecida da

economia solidária enquanto um movimento social: tratam-se de atividades que simultaneamente articulam tanto a luta política quanto a geração de renda, repondo a economia política negada pelos neoclássicos na revolução marginalista.

Entretanto, se não houver um câmbio pessoal, cultural, uma ruptura com o espírito do capitalismo, não haverá substrato para uma outra racionalidade econômica que não a capitalista. Cada um de nós é parte do problema e da solução.

O colapso das redes de trueque na Argentina aponta para os limites da economia solidária. A economia solidária se constrói com base na confiança, na mudança de valores. Ora, o ritmo de crescimento da socioeconomia solidária não está no mesmo ritmo do desespero dos excluídos. A solidariedade só é verdadeira se nasce da adesão voluntária. Ela não pode se dar de cima para baixo, apenas como resultado de políticas estatais. A socioeconomia solidária depende, primariamente, da adesão das pessoas aos princípios da solidariedade, igualdade, democracia e responsabilidade.

Aos poucos nos damos conta de que além das frentes política e econômicas, ainda temos pela frente o enfrentamento ético-cultural. É interessante recordar que muitos de nós que hoje participamos do movimento da economia solidária viemos duma tradição onde o central era o político com foco no Estado. Hoje estamos cada vez mais adentrando no plano da economia, buscando nos organizarmos economicamente de forma diferente. O próximo passo já está sendo dado: trata-se de penetrar no campo da cultura e da ética. Aliás, a crescente indistinguibilidade pós-moderna entre o econômico e o cultural é também uma outra característica da socioeconomia solidária, na qual se observa um entrelaçamento profundo entre a economia e a cultura. Além da economia solidária se enraizar no artesanato e nas economias com identidades locais/regionais, nas feiras da economia solidária sempre há manifestações culturais e artísticas...

A economia solidária é parte duma profunda transformação, é uma outra racionalidade, uma nova utopia! Porém, ela não é uma nova panacéia redentora da humanidade. Além de muitos serem os desafios para consolidar a economia solidária (pois ela no momento é um movimento ainda extremamente frágil, nascente), apenas a economia solidária é insuficiente. Para além da economia solidária, há que continuar a lutar pela democratização da terra, da mídia e do acesso à riqueza independente de se temos ou não temos trabalho.

Sem dúvida que a economia solidária é sinal de esperança. Tanto que em nome dela aqui estamos reunidos. Porém, se a inflarmos demasiadamente, corremos o risco de não corresponder com as imensas expectativas e gerarmos uma também imensa frustração. Exatamente por se colocar como uma nova utopia é que os perigos que a economia solidária enfrenta são proporcionais, são do tamanho dos sonhos que desperta nas maiorias de miseráveis e em todos nós que não vendemos nossa alma ao demônio do capital.

BIBLIOGRAFIA

- Bauman, Zygmunt (2000). *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Castoriadis, Cornelius (1999). Basta de mediocridade. *Le Monde Diplomatique*, ed. brasileira, n. zero, 1999.
- CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço (2001). *Você faz diferença. Campanha pelo comércio justo*. Salvador: CESE.
- Coraggio, José L. (1996). *Desenvolvimento humano e educação*. SP: Cortez .
- Friedman (1984). *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Abril Cultural.
- Gaiger, Luiz I., org. (2004). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS.

- Giddens, Antony (1996). *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: UNESP. Gorostiaga, Xavier. (2001). Práxis, mediações e opções cristãs – o legado da experiência da América Central: 1979-2000. In: L. Suzin (org.). *Terra prometida*. Petrópolis: Vozes.
- Gorz, André (1982). *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- ____ (1998). *Misérias do presente, riqueza do possível*. Buenos Aires: Paidós.
- ____ (2003). *Metamorfoses do trabalho*. São Paulo: Annablume.
- Lefort, (1983). *A invenção democrática*. São Paulo: Brasiliense.
- Maffesoli, Michel (1987). *O tempo das tribos*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- Mance, Euclides (2000). *A revolução das redes*. Petrópolis: Vozes.
- Morin, Edgar (2003). Rumo ao abismo inevitável?. *Folha de São Paulo*, 12.01, A 15.
- Mumford, Lewis (1965). *A cidade na história*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- Negri, Antonio; Hardt, Michel (2001). *Império*. Rio de Janeiro: Record.
- Polanyi, Karl (1980). *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus.
- Quijano, Aníbal (1992). Estética da utopia. *Plural*, ano 2, n. 3.
- Ramos, Guerreiro (1981). *A nova ciência das organizações*. Rio de Janeiro: FGV.
- Raux, Jean-François (1998). Prefácio. In: Morin, E.; Prigogine, Y. (org.). *A sociedade em busca de valores*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Sethi, H. (2002). Swadeshi em debate na Índia. In: Santos, B. (Org.). *Produzir para viver*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Wallerstein, I. (2001). *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. RJ: Contraponto.
- Weber, Max (1996). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. SP: Pioneira, 11^a ed.